

1984 poderá ser melhor? Depende do governo.

Empresários e um ex-ministro estão pessimistas, mas esperam que o governo adote uma política econômica séria.

Em termos econômicos, como será o ano de 1984 para o Brasil? Esta pergunta foi respondida ontem por diversos empresários, de todo o País. E eles foram unânimes em um ponto: as perspectivas não são boas e a única esperança de melhora é que o governo adote medidas que recuperem sua credibilidade e lhe permitam "arrumar a casa".

O ex-presidente do Banco Central e atual dirigente da Associação das Instituições do Mercado Aberto (Andima), Carlos Brandão, por exemplo, previu o "agravamento dramático" da recessão e persistência de elevadas taxas de juros em 1984, como decorrência dos novos compromissos assumidos pelo País no adendo à terceira carta de intenções ao FMI.

Após encontro com o presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, Brandão reconheceu que não existe saída sem recessão para o ajuste da economia brasileira. Mas observou que o processo de ajuste seria "mais rápido e racional" com a unificação dos orçamentos fiscal, monetário e das estatais.

Com base nas metas de expansão monetária de 50% e de superávit de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) no fluxo de caixa de todo o setor público, o presidente da Andima explicou que maior ou menor grau de recessão da atividade econômica em 1984 dependerá da capacidade do governo em evitar que a inflação média do ano não supere 100%.

Segundo Carlos Brandão, a fase três da renegociação da dívida externa brasileira deverá abranger também a parcela dos juros e, com o novo governo, os entendimentos com os credores caminharão mais para o campo político.

Brandão responsabilizou "a desorganização interna" pelo processo inadequado de renegociação da dívida brasileira e até elogiou as concessões dos credores: "O mundo deu crédito de confiança, com a renegociação. Agora, cabe ao País mostrar que tem capacidade para arrumar a casa e viver em harmonia com o resto do mundo, sem a atual desorganização interna".

O ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, defendeu, no Rio, uma imediata reforma no sistema financeiro internacional, a exemplo do que aconteceu em 1944, em Bretton Woods, nos Estados Unidos, para impedir que ocorra uma insolvência generalizada em função das elevadas taxas de juros e do progressivo crescimento das dívidas externas de países em desenvolvimento e industrializados.

Mesmo assim, ressaltou que o quadro atual indica a possibilidade de recuperação do sistema financeiro, "a menos que o mundo cometa muitas imprudências". Na sua opinião, existem várias formas de reordenação, dando como exemplo a isenção do Imposto de Renda das operações de empréstimos internacionais e a adoção de um sistema de paridades cambiais, com taxas reais fixas de acordo com o comportamento da inflação de cada país.

Para Simonsen, as elevadas taxas de juros internacionais resultam exclusivamente da política adotada pelo atual governo norte-americano, na sua tentativa de financiar os seus déficits, como o comercial, que este ano deverá ficar entre 70 a 80 bilhões de dólares. "Cria-se, assim, uma situação estrúxula para o sistema, com os Estados Unidos tornando-se o país com o maior déficit comercial e o

maior exportador de capital", acrescentou o ex-ministro do Planejamento.

Simonsen não poupou críticas à política de taxas de juros praticada pelo governo norte-americano, responsável por toda a mudança no sistema de financiamento de dívidas, ressaltando, até, que "aquilo que era considerado um equilíbrio dinâmico das dívidas passou para uma interminável bola de neve".

Subsídios

O Brasil não conseguirá apresentar um superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial no próximo ano, se aumentar os juros aos financiamentos das exportações. E, se, para compensar essa medida, resolver acelerar as desvalorizações do cruzelro, a inflação jamais será contida, disse o presidente da Volkswagen, Wolfgang Sauer, depois de entrevistar-se com o ministro Camilo Pena.

As regras do jogo, segundo Sauer, não devem ser alteradas agora, quando todas as empresas estão engajadas no esforço de exportar, principalmente se sabendo que todos os países que dependerão das exportações para resolver seus déficits de balanço de pagamentos estão financiando as vendas com juros de 7,5% aos mês, enquanto no Brasil está a 9%.

O argumento da falta de recursos para continuar financiando as exportações a juros subsidiados, disse, não se justifica, porque, se essa é a saída para o País sair da crise, o governo deve concentrar todos os seus recursos em tais financiamentos, colocando-os em absoluta prioridade em relação aos demais segmentos da economia — o corte nos subsídios, disse, contribuiria a curto prazo para estancar a entrada de divisas no País.

Medidas casuísticas de política econômica, falta de planejamento de longo prazo e indefinição total das regras do jogo. Esses são os pontos fundamentais que, na opinião do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos e dos professores de economia, Roberto Castello Branco e Yuchi Tsucamoto, da FGV do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente, poderão comprometer a folga obtida no acordo do Brasil com o FMI; impedir que o País aproveite a maré favorável na economia internacional para reativar sua economia; e inviabilizar os planos de investimento da iniciativa privada para 1984.

Os três reuniram-se ontem para falar sobre as "Perspectivas econômicas para o próximo ano". E o panorama descrito por eles não foi nada positivo. Ao contrário, os três não acreditam na queda da inflação abaixo da marca de 150% durante o próximo ano; entendem que se o Brasil perder o "trem da felicidade" (expressão de Tsucamoto) da reativação da economia internacional, a recessão e o desemprego serão maiores no ano que vem; e que não se deve contar com uma grande safra agrícola, como vem anunciando o governo federal.

— Eu pinteí um 1984 escuro exatamente na perspectiva das decisões que estão aí para serem tomadas e estão amarradas porque o calendário político não bate com o das necessidades econômicas e sociais do País. Daí estarmos postergando decisões, o que faz o ano de 1984 um ano de compasso de espera, onde a perspectiva da inflação ainda é alta, porque não existe a confiança necessária nas decisões que precisam ser tomadas — disse Afif.